

Governo faz Congresso romper recesso, mas poucos aparecem

CORREIO BRAZILIENSE

O Congresso Nacional realizou ontem duas sessões extras que os poucos parlamentares presentes qualificaram, pelo microfone do plenário, de "sessão fantasma" e "sessão do faz-de-conta". As reuniões extraordinárias foram convocadas porque o Executivo editou no dia 26 a Medida Provisória 334, que dá ao Senado o direito de examinar todos os processos de privatização de estatais. Como a Constituição diz que, editada uma MP, o congresso deve ser convocado em cinco dias, não restou outra alternativa a não ser a sessão extra, três dias antes da retomada dos trabalhos normais do Parlamento.

Faltando cinco minutos para o início da sessão do Congresso, marcada para às 11h, apenas o deputado Paulo Paim (PT-RS) encontrava-se no plenário. O deputado, que é presidente da Comissão de Trabalho da Câmara e autor do projeto de reajuste mensal de salários com base na inflação integral do mês anterior, que será vetada pelo Governo, disse que pretende mudar a proposta de política salarial de emergência do Executivo. Em vez do redutor

de dez pontos percentuais, ele pretende incluir o reajuste integral. "Até por coerência, o Congresso tem que fazer isso", afirmou.

Sem quorum — A primeira sessão começou com meia hora de atraso e durou menos de 10 minutos. Serviu apenas para formalizar a abertura dos trabalhos extraordinários. A segunda, convocada para cinco minutos depois do encerramento da primeira, durou quarenta minutos. Neste prazo, o presidente em exercício do Senado, Chagas Rodrigues (PSDB-PI), aguardou em vão que se formasse o quórum necessário para ler a medida provisória: 14 senadores e 84 deputados. Apareceram 18 senadores, quatro além do número necessário, mas a Câmara só contribuiu com 31 deputados. Assim, não pôde ser feita a leitura da MP. Chagas Rodrigues optou por considerar a medida em tramitação. A comissão mista que deverá ser constituída para examinar a MP 334 terá de entregar seus trabalhos no dia 10.

A irritação contra o Governo por causa da edição da MP era

grande entre os parlamentares presentes. Ninguém gostou de ser convocado numa sexta-feira, principalmente porque Chagas Rodrigues anunciou que não haveria o pagamento de um salário extra, como gratificação pelo trabalho no recesso. "Não existe nada que determine o pagamento do salário por apenas um dia de trabalho", proclamou Rodrigues. Mesmo assim, o deputado Chico Vigilante (PT-DF) não se conformou. Exigiu que a Mesa Diretora do Congresso baixasse um ato estipulando que o salário não seria pago. O presidente em exercício do Senado prometeu entregar o projeto de decreto legislativo proibindo o pagamento já na segunda-feira.

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) era um dos mais revoltados. "O Congresso está sendo jogado no ridículo por causa de um erro de tecnocratas", reagiu ele. "Essa sessão é de brincadeira". O deputado Amaral Netto (PPR-RJ) disse que a sessão era de "faz-de-conta" e acusou o Governo de "omissão", pois nem o líder Roberto Freire (PPS-PE) apareceu.